

Câmara Municipal de Vereadores de Ipojuca

ESTADO DE PERNAMBUCO

VETO PARCIAL DO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 041/2020

EMENTA: DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APRESENTADO PELO: PODER EXECUTIVO EM//2020	MUNIC	IPAL
ENCAMINHADO ÀS COMISSÕES DE:		
EM//2020		
APROVADO EM 1ª E ÚNICA DISCUSSÃO EM PRESIDENTE	-	/2020.



GABINETE DA PREFEITA

Ofício nº 135/2020 - GAB / PREFEITA

Ipojuca, 11 de setembro de 2020

Excelentíssimo Senhor Vereador ALBÉRICO DE SOUZA LOPES

MD Presidente da Câmara Municipal do Ipojuca Nesta

Assunto: Considerações sobre o Veto ao Projeto de Lei nº 041/2020

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente venho por meio deste, encaminhar a V.Sa, a decisão de VETAR parcialmente o Projeto de Lei nº 041/2020, de 28 de agosto de 2020, que: "Estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município do Ipojuca para exercício de 2021 e dá outras providências", em anexo, para vosso conhecimento.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CELIA AGOSTINHO LINS DE

por CELIA AGOSTINHO LINS DE SALES:86950150415 SALES:86950150415 Dados: 2020.09.11 11:33:59

CÉLIA AGOSTINHO LINS DE SALES

Prefeita do Município do Ipojuca

RECEBI EM OCOLO > CAMARA DE VEREADORES DE POJUCA-PE



MENSAGEM DE VETO Nº 005/2020

Ipojuca, 09 de setembro de 2020.

Referência: - Projeto de Lei aprovado nº 041/2020.

Ao Exmo. Sr.

Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Ipojuca Senhor Presidente.

Comunicamos a Vossa Excelência que, nos termos do caput e § 1° do artigo 47 da Lei Orgânica do Município do Ipojuca, decido <u>VETAR</u> parcialmente o Projeto de Lei n° 041/2020, de 28/08/2020, de iniciativa do Poder Executivo.

O projeto em questão "Estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município do Ipojuca para o exercício de 2021 e dá outras providências", sendo encaminhado para sanção por intermédio do Ofício nº 189/2020 – GAB. PRES., expedido por essa Casa Legislativa em 28/08/2020 e recepcionado neste Poder-Executivo em 31/08/2020.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Na análise do Projeto de Lei nº 041/2020, de autoria do Poder Executivo, a Secretaria de Planejamento e Gestão, motivada pelas alterações realizadas pelo Legislativo Municipal, manifestou-se pelo veto dos seguintes dispositivos:

Art. 24 e parágrafo único

"Art. 24. As alterações que modifiquem o valor das ações na Lei Orçamentária e em créditos adicionais serão feitas mediante abertura de crédito suplementar, através de Lei Específica, respeitados os objetivos das referidas ações na forma do art. 167 da Constituição Federal. (NR)

Parágrafo único. Se houver a aprovação de percentual de créditos adicionais através da Lei Orçamentária, estes poderão ser autorizados através de decretos" (NR).

A propositura legislativa, ao alterar a redação do referido art. 24 para dispor que os créditos suplementares serão abertos por lei específica, fere o art.



42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que dispõe expressamente: "Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto", também contraria o interesse público ao exigir que cada crédito suplementar seja aberto por lei específica, dificultando a execução orçamentária tanto Poder Executivo quanto do Legislativo.

O parágrafo único perde a finalidade, com o veto ao caput do artigo.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa.

Diante do exposto, com base nos fundamentos elencados e com amparo no artigo 47, § 1° da Lei Orgânica do Município, a Chefe do Executivo Municipal, no uso de suas atribuições, <u>veta parcialmente</u>, o Projeto de Lei n° 41/2020.

Por fim, diante de tudo que fora exposto, o Chefe do Poder Executivo, concluí, pela improcedência do projeto de lei, e na certeza que fomos capazes de pôr em evidência a impossibilidade de acatamento do mesmo, pedimos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que transmita a seus ilustres pares as razões do presente veto.

Gabinete da Prefeita, 09 de setembro de 2020.

Prefeita do Município do Ipojuca

